

**INADMISSÃO DA SUSTENTAÇÃO ORAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO
INTERPOSTO CONTRA DECISÃO PARCIAL DE MÉRITO NOS TRIBUNAIS
BRASILEIROS: UM PROBLEMA LEGISLATIVO E REGIMENTAL¹**

***INADMISSIBILITY OF ORAL ARGUMENTS IN INTERLOCUTORY APPEAL
AGAINST THE DECISION THAT CHALLENGES ONLY PART OF THE MERITS
IN BRAZILIAN COURTS: A LEGISLATIVE AND INTERNAL REGULATION
PROBLEM***

Alexandre Moura Alves de Paula Filho

Mestre e doutorando em direito pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Bolsista da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE). Pós-graduado em direito médico e da saúde pela Faculdade de Ciências Humanas e Exatas do Sertão do São Francisco (FACESF). Membro da Associação Brasileira de Direito Processual (ABDPRO). Advogado. Brasil, Recife/PE. E-mail: adepaulafl@hotmail.com.

Renan Francelino da Silva

Graduando em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Brasil, Recife/PE. E-mail: renan.fs@outlook.com.br.

RESUMO: Este artigo pretende i) identificar a hermenêutica adequada para a incongruente redação do art. 937, VIII, do Código de Processo Civil, e ii) investigar quais tribunais brasileiros preveem, em seus Regimentos Internos, a sustentação oral no julgamento do agravo de instrumento ante a decisão parcial de mérito. Para tanto, realiza-se uma pesquisa dogmática e empírica-qualitativa. Conclui-se que: a) a hermenêutica

¹ Artigo recebido em 27/03/2021 e aprovado em 28/06/2021.

adequada do dispositivo em questão leva à admissibilidade da sustentação oral nesses casos; b) como 100% dos TRFs e 70% dos TJs mantêm a norma do CPC, há um desinteresse em assegurar este direito, ratificando o erro cometido pelo legislador.

PALAVRAS-CHAVE: Sustentação oral; Agravo de Instrumento; Decisão parcial de mérito; Regimento Interno.

ABSTRACT: This essay aims to i) identify the proper hermeneutics for the Code of Civil Procedure article 937, VIII; and ii) investigate which courts expressly regulate, in the Internal Regulations, the possibility of oral arguments in the judgment of interlocutory appeal against decisions that deal with part of the merits. At the end it is possible to conclude that a) the proper hermeneutics of the device of the art. 937 leads to the admissibility of oral argument in such cases; b) as 100% of TRFs and 70% of TJs applies the command of the section in question, there is a lack of interest in assuring such right, ratifying the mistake committed by the lawmaker.

KEYWORDS: Oral arguments; Interlocutory appeal; Decision with partial adjudication on the merits; Intern regulation.

1. Introdução

O presente artigo apresenta uma pesquisa dogmática e qualitativa, sobre a temática da sustentação oral no processo civil brasileiro, mais especificamente, acerca do rol do artigo 937, do Código de Processo Civil de 2015 (CPC).

Inicialmente, aborda-se um erro gerado pelo legislador diante de tratamentos díspares entre a sentença e a decisão parcial de mérito, o que repercute na possibilidade de sustentar oralmente (ou não) no recurso que ataca essas decisões. Isso porque o CPC autorizou a sustentação oral nos julgamentos de apelação (art. 937, I) – recurso cabível contra a sentença – mas foi omissivo em constar semelhante permissão para os julgamentos de agravo de instrumento que impugna decisões parciais de mérito (art. 937, VIII), que nada mais seriam que uma antecipação de um dos capítulos da sentença do caso.

Em que pese ao erro dogmático mencionado acima e à necessidade de uma hermenêutica adequada para o dispositivo que versa sobre a sustentação oral em agravo de instrumento, há uma segunda possibilidade de contornar o problema: o CPC possibilitou que outra lei ou mesmos os tribunais, em seus regimentos internos, ampliassem o rol, prevendo novas hipóteses de admissibilidade da sustentação oral.

Para verificar se essa segunda possibilidade foi aplicada, realizou-se análise empírica dos regimentos internos dos tribunais inferiores da justiça comum², a fim de entender se houve pretensão de expandir o rol do art. 937 do CPC para trazer a possibilidade de as partes sustentarem oralmente em julgamento de agravo de instrumento interposto contra decisões parciais de mérito.

A metodologia adotada é mista. Inicialmente, de natureza dogmática, mediante revisão de literatura, pelo método hipotético-dedutivo, visando analisar a sustentação oral no nosso ordenamento processual, para trazer à tona o problema da ausência da hipótese de sustentação oral no agravo de instrumento em face de decisões parciais de mérito e identificar a melhor hermenêutica para o art. 937, VIII, CPC. Em seguida, foi realizado levantamento empírico, por meio de estatística simples, dos Regimentos Internos dos (cinco) Tribunais Regionais Federais e dos (vinte e sete) Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, a fim de identificar se, até o ano de 2020, esses órgãos têm se valido do poder normativo que lhe foi conferido para ampliar as hipóteses de sustentação oral via Regimento Interno (RI), a fim de corrigir o erro de redação do legislador do CPC/15.

Com isso, a pesquisa pretende contribuir com uma proposta de solução no âmbito hermenêutico, além de subsidiar o debate acadêmico ao investigar se o responsável pela incongruência é somente o legislador ordinário do CPC/15, ou, do contrário, se os Tribunais inferiores – competentes para processar e julgar os agravos de instrumento – ratificam o equívoco em seus Regimentos Internos.

2. Inicialmente: breve notas sobre os pronunciamentos do juiz no processo civil brasileiro

² O corte metodológico feito na justiça comum se deu para que nuances procedimentais dos feitos que tramitam nas justiças especializadas (a exemplo da existência de um regramento diferenciado dos recursos nas justiças do trabalho, militar e eleitoral) não prejudicassem a interpretação dos dados extraídos.

Pronunciamentos judiciais são os principais atos dos magistrados de instâncias inferiores ou superiores que, publicamente, se prestam a resolver questão de fato ou de direito ou, simplesmente, sem nada decidir, impulsionar a marcha processual em direção à solução definitiva da controvérsia³. No comando do processo, os poderes-deveres do juiz podem se resumir em dois: “o de dar solução à lide e o de conduzir o feito segundo o procedimento legal, resolvendo todos os incidentes que surgirem até o momento adequado à prestação jurisdicional”⁴.

Os pronunciamentos judiciais de conteúdo decisório (decisões *lato sensu*) podem ser divididos em duas espécies: a) decisões proferidas pelo juízo singular, e; b) decisões proferidas por órgão colegiado (no tribunal ou na turma recursal)⁵. Objetivando exemplificar⁶ e definir os pronunciamentos do juiz⁷ - isto é, do magistrado no exercício da jurisdição de primeiro grau -, o Código de Processo Civil de 2015 traz no *caput* de seu art. 203 três meios através dos quais os juízes irão se pronunciar, quais sejam: sentença, decisões interlocutórias e despachos.

Em primeiro plano, têm-se as decisões propriamente ditas, compreendidas em sentença (art. 203, §1º, CPC/2015) e decisões interlocutórias (art. 203, §2º, desta lei). Em segundo plano, estão previstos os despachos (art. 203, §3º, do mesmo diploma legal).

³ ALVES, Rodrigo Lucas da Silva Pereira et al. **O conteúdo do pronunciamento judicial como elemento de harmonia do sistema recursal brasileiro**. 2017. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, p. 15.

⁴ THEODORO JR., Humberto. **Curso de Direito Processual Civil: Teoria Geral do Direito Processual Civil, Processo de Conhecimento e Procedimento Comum**. ed. 59, v.1 Rio de Janeiro: Forense, 2018, p. 533.

⁵ DIDIER JR, Fredie; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. **Curso de direito processual civil** - v. 2: teoria da prova, direito probatório, decisão, precedente, coisa julgada e tutela provisória. Salvador: Jus Podivm, 2016, p. 312.

⁶ NERY JR., Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Comentários ao Código de Processo Civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, p. 715. Os autores destacam que o conjunto trazido é meramente exemplificativo e direcionado. Por um lado, é meramente exemplificativo porque trata tão somente de alguns dos pronunciamentos do juiz; todavia, sabe-se que o juiz pratica outros atos no processo além dos exemplificados, como por exemplo, interrogar (art. 385, CPC), ou tomar depoimento das partes (art. 481, CPC). Por outro lado, é direcionado porque nomeia apenas os atos praticados pelos juízes de primeiro grau de jurisdição.

⁷ Não há como falar a respeito deste dispositivo sem fazer referência ao equívoco do legislador ao tratar dos pronunciamentos judiciais no Código de Processo Civil de 1973. Anteriormente, optou o legislador por utilizar o termo “atos”, já que, durante todo o curso da marcha processual, o juiz pode praticar uma série de atos para além de seus pronunciamentos escritos (ex: art. 139, VII, CPC, que prevê o poder-dever de “exercer o poder de polícia, requisitando, quando necessário, força policial, além da segurança interna dos fóruns e tribunais”).

A sentença é o pronunciamento que, com fundamento nos arts. 485 e 487, põe fim à fase cognitiva do procedimento comum, bem como extingue a execução, nos termos do art. 203, §1º, CPC. Tradicionalmente, pode ser classificada em: *terminativa*, que põe fim ao processo, sem, porém, resolverem o mérito, e *definitiva*, pela qual se decide o mérito da causa, no todo ou em parte, e, por isso, extinguem o próprio direito de ação⁸.

Já as decisões interlocutórias são aquelas proferidas no curso do processo que, sem o extinguir, tampouco a fase processual de conhecimento ou cumprimento de sentença, versem sobre alguma questão do processo. Ademais, tais decisões podem enfrentar parcialmente o mérito, deixando o julgamento da outra parte, ainda não madura para tal, para momento posterior do procedimento. Por não extinguirem a fase cognitiva ou executiva, não farão coisa julgada material e, assim, não desafiam o recurso de apelação, mas sim, quando previstas no art. 1.015, CPC, o de agravo de instrumento.

Os despachos, por sua vez, são todos os demais pronunciamentos do juiz praticados no processo, de ofício ou a requerimento da parte, conforme a dicção do art. 203, § 3º. Em termos práticos, os despachos são pronunciamentos meramente ordinatórios e sem conteúdo decisório⁹, residindo sua finalidade precípua tão somente no mero impulso processual ou no exercício de algum dever-poder que compete ao magistrado.

3. O tratamento legislativo dado às decisões interlocutórias parciais de mérito no Código de Processo Civil de 2015

Algumas incongruências sistêmicas¹⁰ no trato legislativo das decisões parciais de mérito merecem ser destacadas, diante de problemas gerados em diferentes esferas do direito processual civil.

De início, é importante mencionar que o Código de Processo Civil não faz uso do termo “decisão interlocutória de mérito”, de modo que utiliza os termos “julgamento

⁸ THEODORO JR., *op. cit.* p. 539.

⁹ MEDINA, José Miguel Garcia. **Novo Código de Processo Civil Comentado**: com remissões e notas comparativas ao CPC/1973 [livro eletrônico]. 1. ed., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016, p. 328.

¹⁰ Termo utilizado para destacar o trato legislativo desarrazoadamente diferenciado para decisões de mérito (NEVES, Daniel Amorim Assumpção. *Incongruências Sistêmicas do Código de Processo Civil de 2015 diante do Julgamento Antecipado Parcial de Mérito*. **Revista de Processo**, vol. 284. São Paulo: Revista dos Tribunais, out., 2018, p. 41-76).

antecipado parcial de mérito” ou “decisão que julga parcialmente o mérito”. Contudo, o termo “decisão parcial de mérito” tem sido amplamente utilizado pela doutrina processualista civil quando ao se referir às decisões que ocorrem no curso do processo de conhecimento, levando-se em conta a quantidade de pedidos cumulados e com o disposto no artigo 356 do referido Código¹¹.

Analizando o Código de Processo Civil de 1973, era previsto, no art. 162, § 2º que “Decisão interlocutória é o ato pelo qual o juiz, no curso do processo, resolve questão incidente”. Sucede que, ao passo que o CPC revogado restringia as interlocutórias às questões incidentes, já não era novidade que elas não se confundiam com as de mérito.

Sobre o conceito de processo incidente, Didier Jr. define como “processo novo, que de modo não necessário surge de um processo já existente, e a ele se incorpora, tornando-o mais complexo”¹². Nesse sentido, o magistrado resolve a questão como etapa necessária do julgamento da causa, mas ainda não o decidirá¹³. O autor faz uma analogia: é como se o processo fosse uma árvore, e o incidente um galho.

Já as questões de mérito versam sobre a procedência ou improcedência de pedido formulado na ação ou na reconvenção (art. 487, I, CPC), a decisão, de ofício ou a requerimento da parte, sobre a ocorrência de decadência ou prescrição (art. 487, II, CPC) e a homologação de reconhecimento da procedência do pedido, transação ou renúncia (art. 487, III, CPC).

Voltando os olhares ao CPC/15, notadamente ao art. 356, a possibilidade de julgamento antecipado parcial de mérito dá-se mediante a presença de dois requisitos: a) um pedido ou parcela mostrar-se incontroverso, ou; b) estiver preparado para imediato julgamento, seja pela desnecessidade de produção de outras provas, seja pela aplicação dos efeitos da revelia aliada à ausência de requerimento de produção de novas provas pela parte autora. É resultante da permissão de fracionamento do objeto da cognição *secundum eventum probationis*¹⁴, isto é, mediante técnica processual que visa a simplificação e

¹¹ ADREATINI, Livia Losso. Princípio da oralidade no novo código de processo civil: a possibilidade de sustentação oral em agravo de instrumento que verse sobre decisão interlocutória de mérito. **Revista de Processo**, v. 282. São Paulo: Revista dos Tribunais, ago. 2018, p. 320.

¹² DIDIER JR., Fredie. **Curso de Direito Processual Civil**: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento. 17. ed., Salvador: Jus Podivm, 2015, p. 476.

¹³ **Ibidem**, p. 511.

¹⁴ WATANABE, Kazuo. **Da cognição no processo civil**. 3. ed. São Paulo: Perfil, 2005, p. 130-131.

celeridade quando esgotada a prova para a cognição exauriente daquele objeto, formando coisa julgada material e decidindo, definitivamente, parcela do pleito formulado na inicial¹⁵.

Enquanto no sistema processual revogado a decisão que apreciava parcela de mérito no curso da marcha procedimental era de caráter precário e provisório, típico das decisões proferidas com base em juízo de cognição sumária, perfunctória ou superficial, a inovação vai muito além dessa precariedade e permite que a questão seja decidida com cunho de definitividade¹⁶.

Assim, esse tipo de decisão corresponde à antecipação do que seria algum ou alguns capítulos da sentença¹⁷. Seria, então, “uma sentença antecipada, ainda que parcial e interna diante de um ato interlocutório, naquele processo, diante das situações hipotéticas que a norma concedeu para a possibilidade deste ato”¹⁸. Diferencia-se do julgamento antecipado do mérito, previsto no art. 355 - pronunciamento também fundado em cognição exauriente - pois neste não há fracionamento do objeto da cognição, julgando-se todo o mérito da causa, razão por que sua natureza é, efetivamente, de sentença.

Verifica-se, ainda, a opção do legislador em enquadrar a decisão interlocutória de mérito no rol de pronunciamentos agraváveis de instrumento (art. 1015, II, CPC/2015), em reforço à previsão já contida no próprio art. 356, §5º¹⁹.

4. Hipóteses de cabimento da sustentação oral no CPC/15 e o problema da exclusão do Agravo de Instrumento interposto em face de decisão parcial de mérito

¹⁵ NOGUEIRA, André Murilo Parente; RAGAZZI, José Luiz. Julgamento antecipado de parcela do mérito e prazo da ação rescisória: interpretação constitucional do artigo 975, do Código de Processo Civil. **Revista da Faculdade de Direito da UFMG**, Belo Horizonte, n. 76, jan./jun. 2020, p. 89.

¹⁶ NOGUEIRA; RAGAZZI, **loc. cit.**

¹⁷ DINAMARCO, Cândido Rangel. **Capítulos de Sentença**. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2014, p. 39. Nessa senda, os capítulos da sentença podem ser entendidos como “as unidades autônomas do decisório da sentença. É no isolamento dos diversos segmentos do decisório que residem critérios aptos a orientar diretamente a solução dos diversos problemas já arrolados, quer no tocante aos recursos, quer em todas as demais áreas de relevância, já indicadas”. Assim, quanto mais pedidos ou questões a serem decididas numa causa, mais capítulos sua sentença potencialmente terá. Potencialmente porque parte desses capítulos pode, preenchidos os requisitos, ser antecipada numa decisão parcial de mérito.

¹⁸ LEMOS, Vinícius Silva. O Agravo de Instrumento contra decisão parcial de mérito. **Revista de Processo**, v. 259. São Paulo: Revista dos Tribunais, set. 2016, p. 285.

¹⁹ Art. 356. O juiz decidirá parcialmente o mérito quando um ou mais dos pedidos formulados ou parcela deles: [...] § 5º A decisão proferida com base neste artigo é impugnável por agravo de instrumento.

A sustentação oral é um instrumento previsto na legislação processual à disposição do advogado, público ou privado, e quando cabível, do membro do Ministério Público, operado através da exposição verbal dos argumentos das partes que representam, durante a sessão de julgamento de recursos, reexame necessário ou ações de competência originária dos tribunais, expondo as questões de fato e de direito que entende serem relevantes para o julgamento²⁰.

Trata-se de ato processual por vezes tão relevante quanto a apresentação, física ou digital, da matéria factual e jurídica, mediante peças escritas, sendo um componente dos direitos fundamentais ao contraditório e à ampla defesa, ao devido processo legal, previstos nos arts, 5º da Constituição Federal, e, não menos importante, ao caráter indispensável da atividade do advogado, insculpido no art. 133, da nossa Carta Magna.

Na legislação infraconstitucional, a sustentação oral, por sua relevância, encontra-se garantida no Estatuto da Advocacia²¹, na medida em que compõe o rol de direitos do advogado o de usar a palavra, pela ordem, em qualquer juízo ou tribunal para influenciar no julgamento, e reclamar, em qualquer instância, sobre a inobservância do preceito legal²².

Analisando o Código de Processo Civil, consoante disposto no art. 937, ao final da exposição da causa pelo relator, o presidente da sessão dará a palavra, sucessivamente, ao recorrente, ao recorrido e, nos casos em que couber, ao membro do Ministério Público, pelo prazo improrrogável de 15 (quinze) minutos para cada um, para que possam sustentar suas razões.

Além disso, observa-se que o legislador arrolou hipóteses de cabimento do manejo da sustentação oral, nos incisos do mesmo art. 937. Dentre os recursos nos quais se admite a sustentação oral, destaca-se, para fins deste artigo, a Apelação (inciso I) e o Agravo de Instrumento (inciso VIII), este com expressa limitação para os casos de interposição contra

²⁰ YOSHIKAWA, Eduardo Henrique de Oliveira. Sustentação oral no Processo Civil Brasileiro. **Revista de Processo**, v. 280, São Paulo: Revista dos Tribunais, jun. 2018, p. 243.

²¹ Art. 7º São direitos do advogado: [...] X – usar da palavra, pela ordem, em qualquer juízo ou tribunal, mediante intervenção sumária, para esclarecer equívoco ou dúvida surgida em relação a fatos, documentos ou afirmações que influam no julgamento, bem como para replicar acusação ou censura que lhe forem feitas; XI – reclamar, verbalmente ou por escrito, perante qualquer juízo, tribunal ou autoridade, contra a inobservância de preceito de lei, regulamento ou regimento.

²² ADREATINI, **op. cit.**, p. 323.

decisões interlocutórias que versem sobre tutelas provisórias de urgência ou de evidência. Com efeito, o legislador optou por não incluir, no rol do artigo 937 do CPC/15, a possibilidade de sustentação oral quando do julgamento do recurso de agravo de instrumento interposto contra decisão interlocutória parcial de mérito (isto é, a decisão prolatada nos moldes do art. 356 do CPC/2015).

Todavia, dogmaticamente, não se vislumbram justificativas plausíveis para inadmitir a sustentação oral no agravo de instrumento interposto contra decisões parciais de mérito se tal direito é assegurado nos casos de decisões de mérito definitivas (apelações) e, paralelamente, não há impedimento absoluto para a sustentação oral em sede de agravo de instrumento:

A decisão parcial de mérito é uma parte daquilo que o autor imaginava ser julgado na sentença, a qual, se recorrível, seria totalmente impugnável pela apelação, com total possibilidade de sustentação oral. Se o juízo deve, de acordo com o art. 356, proferir a decisão parcial – quando verificar suas hipóteses, o recurso cabível deveria conter a mesma disponibilidade da sustentação oral, por, de igual modo, impugnar uma decisão de mérito, ainda que seja interlocutória. Uma latente omissão legislativa.²³

A partir deste argumento, “pelo agravo de instrumento necessitar ser interpretado como uma isonomia à apelação, deve requerer-se a possibilidade da sustentação oral para esta hipótese recursal”²⁴. Assim, parece não haver sentido a exclusão de uma modalidade idêntica à de outra expressamente admitida, isto é, julgada a totalidade do mérito, antecipadamente ou não, caberá apelação e, será permitida a sustentação oral; mas julgada apenas parcela desse mérito, não caberá sustentação oral do recurso interposto pela parte sucumbente?²⁵

Diante da inconsistência dogmática em questão, foi aprovado o Enunciado nº 61 do CJP, que dispõe que: “Deve ser franqueado às partes sustentar oralmente as suas razões, na

²³ LEMOS, *op. cit.*, p. 290.

²⁴ ALVIM, Teresa Arruda. CONCEIÇÃO, Maria Lúcia Lins. RIBEIRO, Leonardo Ferres da Silva. MELLO, Rogério Licastro Torres de. **Primeiros comentários ao novo Código de Processo Civil**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2015. p. 1.333, *apud* LEMOS, *op. cit.*, p. 290.

²⁵ NEVES, *op. cit.*, p. 50.

forma e pelo prazo previsto no art. 937, caput, do CPC, no agravo de instrumento que impugne decisão de resolução parcial de mérito (art. 356, § 5º, do CPC)”²⁶.

Do ponto de vista hermenêutico, a interpretação literal do texto normativo do art. 937, VIII, CPC, implica invalidade da norma, diante da incompatibilidade que isso geraria com outra regra – no caso, a previsão do próprio art. 937, I. Em suma, a interpretação literal do art. 937, VIII, ensejaria, inevitavelmente, um conflito entre as duas regras.

Com isso, cumpre lembrar que as regras são normas que só podem ser cumpridas ou não, isto é, se uma regra é válida, há de se fazer exatamente o que ela exige, nem mais nem menos. Por isso, as regras contêm determinações no âmbito do que é fática ou juridicamente possível.²⁷ Além disso,

as regras são normas imediatamente descritivas, primariamente retrospectivas e com pretensão de decidibilidade e abrangência, para cuja aplicação se exige a avaliação da correspondência, sempre centrada na finalidade que lhes dá suporte ou nos princípios que lhes são axiologicamente sobrejacentes, entre a construção conceitual da descrição normativa e a construção conceitual dos fatos.²⁸

Portanto, diante da lógica do “tudo ou nada”, balizada pela observação dos princípios que lhes são axiologicamente sobrejacentes (no caso, destaca-se o contraditório e a ampla defesa, que devem sempre ser interpretados ampliativamente), pode-se concluir que, no caso em tela, a possibilidade de sustentar oralmente na apelação – diante do reconhecimento da validade art. 937, I, CPC – não é compatível com o impedimento do exercício do mesmo direito no agravo de instrumento contra decisão parcial de mérito, pronunciamento fundado em cognição igualmente exauriente.

5. Sustentação oral Agravo de Instrumento interposto em face de decisão parcial de mérito: estão os tribunais interessados em consertar este problema?

²⁶ BRASIL. Conselho da Justiça Federal. **I Jornada de Direito Processual Civil**. 2017. Disponível em: <https://www.cjf.jus.br/cjf/noticias/2017/setembro/cej-divulga-enunciados-da-i-jornada-de-direito-processual-civil>. Acessado em 20 ago. 2020.

²⁷ ALEXY, Robert. **Teoria de los derechos fundamentales**. Trad. Ernesto Garzón Valdés. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1993. p. 86-87.

²⁸ ÁVILA, Humberto. **Teoria dos Princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos**. 4. ed., São Paulo: Malheiros, 2005, p. 70.

Insistindo-se em não admitir a interpretação sistemática do rol do art. 937 do CPC, há ainda outro meio idôneo para corrigir o equívoco legislativo ora discutido. Isso porque o legislador do CPC não é o único responsável por prever as hipóteses de cabimento de sustentação oral²⁹.

De acordo com o inciso IX do art. 937, é cabível sustentação oral “em outras hipóteses previstas em lei ou no regimento interno do tribunal”. Trata-se, pois, de hipótese em que o tribunal exerce função legislativa, ampliando o conteúdo legal trazido pelo legislador ordinário.

Antes que a culpa pelo equívoco dogmático da imprevisão de sustentação oral em julgamento de agravo de instrumento interposto em face de decisão parcial de mérito recaia exclusivamente no legislador do CPC/15, é preciso verificar se os tribunais, que receberam a prerrogativa de ampliar, se for o caso, o rol de hipóteses de sustentação oral, ratificam ou retificam o problema em discussão. Questiona-se, pois: como estão agindo os tribunais diante da desarrazoada limitação da garantia de sustentar oralmente nos agravos de instrumento interpostos contra decisão parcial de mérito?

Para responder a tal problemática, foram analisados todos os Regimentos Internos (RIs) dos Tribunais Regionais Federais e de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, a fim de identificar se é mantida a imprevisão da sustentação oral na situação em debate ou se, a contrário *sensu*, o equívoco do legislador do CPC/15 tem sido corrigido.

Os dados colhidos foram planilhados na tabela 01 (conforme Tabela 1). A primeira coluna apresenta os tribunais pesquisados. A segunda coluna destina-se a identificar se, em cada Regimento Interno, há ou não previsão de sustentação oral em agravo de instrumento que ataca decisão parcial de mérito, ao passo que a terceira coluna apresenta se a opção feita pelo tribunal é expressa – isto é, há um dispositivo que versa sobre a questão – ou tácita – quando não há qualquer previsão, de modo que se mantém o legislado no CPC pelo silêncio do Regimento. A quarta coluna, por fim, apresenta o fundamento (dispositivo regimental) da inclusão ou exclusão da sustentação oral em agravo de instrumento contra decisão parcial de mérito em cada RI.

²⁹ Apesar disso, há tentativa de modificação legislativa em tramitação no Congresso Nacional, através do Projeto de Lei nº 5048/19, de autoria da deputada Soraya Manato (PSL/ES), que propõe a inclusão da sustentação oral no agravo de instrumento contra decisões interlocutórias parciais de mérito.

A segunda e a terceira coluna foram preenchidas com os algarismos 0 e 1, para identificar a ausência (0) ou a presença (1) do fator testado³⁰. Assim, quando houve previsão da sustentação oral para o caso ora estudado, a segunda coluna foi preenchida com 1. Outrossim, quando o Regimento Interno versou expressamente sobre essa modalidade de sustentação oral – seja para permitir ou proibir – a terceira coluna foi preenchida com 1, o que importou o preenchimento da quarta coluna com o respectivo fundamento regimental.

Analisando os Regimentos Internos dos 5 (cinco) Tribunais Regionais Federais, identificou-se que todos são expressos em vedar a sustentação oral para agravo de instrumento fora da hipótese já contida na norma do art. 937, VIII, CPC/15.

Em relação aos Regimentos Internos dos 27 (vinte e sete) Tribunais de Justiça, encontrou-se a possibilidade de sustentação oral em agravo de instrumento contra decisão parcial de mérito em 8 (oito) deles, quais sejam, TJBA, TJCE, TJDF, TJES, TJPE, TJPR, TJSC e TJTO.

Destaque-se a previsão do art. 95, IV, do Regimento Interno do TJCE, que não só dispõe a sustentação oral para o caso de agravo em face de decisão parcial de mérito, mas também para quando por este recurso se impugnar rejeição da alegação de convenção de arbitragem, incidente de desconsideração da personalidade jurídica, exibição ou posse de documento ou coisa, exclusão de litisconsorte, admissão ou inadmissão de intervenção de terceiros e redistribuição do ônus da prova nos termos do art. 373, § 1º.

Dentre os outros 19 (dezenove) Tribunais de Justiça que não expandem a previsão da sustentação oral para além do redigido no CPC, 15 (quinze) o fizeram de modo expreso, enquanto os outros 4 (quatro) não possuem qualquer disposição nesse sentido, pelo que ratificam tacitamente a política adotada pelo legislador.

Proporcionalmente, ao passo que 100% dos Tribunais Regionais Federais desautorizam hipótese de sustentação oral no agravo de instrumento, no que tange aos Tribunais de Justiça, cerca de 70% optam por ratificar a norma do CPC, dentre os quais cerca de 80% o fizeram do modo expreso.

³⁰ A utilização dos algarismos 0 e 1 são padrões utilizados em pesquisas quantitativas de natureza binária em todo o mundo (LEVIN, Jack; FOX, James Alan; FORDE, David R. **Elementary Statistics in Social Research**. 12. ed. Upper Saddle River (EUA): Pearson, 2014, p. 428).

Por esses números, é possível identificar um desinteresse por parte dos tribunais inferiores da justiça comum do Brasil em consertar o equívoco dogmático do legislador do CPC. Em que pese ao contato diário que os agentes dos tribunais em questão têm com os advogados e as partes, isto é, os maiores beneficiários da ampliação de garantia de sustentação oral no agravo de instrumento, pode-se concluir que a manutenção do que é previsto no CPC é uma opção política não só do legislador do CPC/15, mas também da maior parte dos tribunais.

Diante do cenário apresentado, pesquisou-se “sustentação oral em agravo de instrumento decisão parcial de mérito” no setor de jurisprudências do sítio eletrônico “JusBrasil”, encontrando-se alguns precedentes que permitiam a hipótese, porém, quase a totalidade oriunda dos oito tribunais que já a admitem expressamente em seus Regimentos Internos. A título de exceção, encontrou-se apenas um acórdão oriundo do TJRJ, cujo Regimento sequer aborda a sustentação oral em agravo de instrumento, assim ementado:

Agravo Interno. Agravo de Instrumento. Decisão monocrática que indeferiu pedido de sustentação oral pelo patrono do agravante, por não se amoldar às hipóteses previstas no art. 937 do CPC. Possibilidade de interpretação ampliativa do dispositivo para assegurar tal direito na hipótese de decisão parcial de mérito, à semelhança do que ocorre com a decisão que julga antecipadamente todo o mérito e aquela que versa sobre tutela provisória. Reconsideração que se impõe para assegurar ao advogado o uso da palavra na sessão de julgamento.³¹

A decisão acima acende uma luz de esperança em meio a ratificação da opção política do legislador ordinário do CPC pela maior parte dos tribunais da justiça comum. O fato é que, enquanto os tribunais não se valerem de sua prerrogativa de ampliar o rol do art. 937 do CPC para a hipótese em questão em seus Regimentos Internos, provavelmente seus membros seguirão inibindo a sustentação oral no caso em discussão.

Como dito anteriormente, a possibilidade de ampliação do rol do art. 937 não implica impossibilidade de admissão da sustentação oral nesses casos – como feito no âmbito do TJRJ, no acórdão supracitado – pois se trata de uma incompatibilidade lógica entre dois dispositivos previstos em lei, prevalecendo aquele que melhor resguarda o

³¹ RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. **Agravo Interno no Agravo de Instrumento nº 0015661-19.2020.8.19.0000**. Relator: Heleno Ribeiro Pereira Nunes. 24 ago. 2020. Disponível em: <https://tj-rj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/923389016/agravo-de-instrumento-ai-156611920208190000>. Acesso em 14 nov. 2020.

contraditório e a ampla defesa, garantias fundamentais que fundamentam o instituto da sustentação oral.

Ao fim e ao cabo, pode-se entender que há, salvo poucas exceções, um desinteresse em repensar as garantias fundamentais em questão. Problema iniciado pela redação do legislador do CPC e ratificado pela maioria dos tribunais da justiça comum, que segue inerte em consertar o erro nos respectivos Regimentos Internos, estimulando a jurisprudência defensiva e limitadora das garantias fundamentais dos jurisdicionados.

6. Conclusões

Este trabalho versou sobre um problema constatado na redação do CPC/15 e que poderia ser resolvido de duas formas. A primeira, aplicando-se a hermenêutica adequada ao enunciado normativo; a segunda pela correção expressa do texto equivocado do CPC através de prerrogativa conferida aos RIs.

Quanto ao primeiro, identificando-se um conflito entre duas regras (art. 937, inciso I e inciso VIII, do CPC), deve-se interpretar sistematicamente o art. 937, I, CPC, a fim de autorizar a sustentação oral não só no julgamento da apelação, mas também do agravo contra decisão parcial de mérito. Assim, demonstrou-se que, na linha do que parte da doutrina já defende, o impedimento da sustentação oral nos agravos de instrumento contra decisão parcial de mérito é oriundo da inadequada opção pela interpretação literal do art. 937, VIII, CPC, inviável por gerar conflito com a norma do art. 937, I, do mesmo código. É por isso que tal hermenêutica é insustentável.

No tocante ao segundo, observou-se por parte de todos os Tribunais Regionais Federais e de cerca de 70% dos Tribunais de Justiça o desinteresse dos tribunais em assegurar a garantia do contraditório e ampla defesa – no presente caso, consubstanciada na possibilidade da sustentação oral – através da política de ratificar a norma do CPC, expressa ou tacitamente, nos Regimentos Internos.

Com isso, foram apontadas duas propostas de solução para o problema de redação legislativa do CPC em vigor. Uma que se opera simplesmente pela interpretação adequada do texto normativo do art. 937, I, CPC; outra mediante ampliação das hipóteses de sustentação oral via Regimento Interno, conferida pelo art. 937, IX, CPC. Contudo, ao

final desta pesquisa, identificou-se que os tribunais não se têm valido de nenhuma delas para melhor assegurar garantias fundamentais ligadas ao diálogo processual.

REFERÊNCIAS

- ADREATINI, Livia Losso. Princípio da oralidade no novo código de processo civil: a possibilidade de sustentação oral em agravo de instrumento que verse sobre decisão interlocutória de mérito. **Revista de Processo**, v. 282. São Paulo: Revista dos Tribunais, ago. 2018, p. 319-334.
- ALEXY, Robert. **Teoria de los derechos fundamentales**. Trad. Ernesto Garzón Valdés. Madrid: *Centro de Estudios Constitucionales*, 1993.
- ALVES, Rodrigo Lucas da Silva Pereira et al. **O conteúdo do pronunciamento judicial como elemento de harmonia do sistema recursal brasileiro**. 2017. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- ALVIM, Teresa Arruda. CONCEIÇÃO, Maria Lúcia Lins. RIBEIRO, Leonardo Ferres da Silva. MELLO, Rogério Licastro Torres de. **Primeiros comentários ao novo Código de Processo Civil**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2015.
- ÁVILA, Humberto. **Teoria dos Princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos**. 4. ed., São Paulo: Malheiros, 2005.
- BRASIL. Conselho da Justiça Federal. **I Jornada de Direito Processual Civil**. 2017. Disponível em: <https://www.cjf.jus.br/cjf/noticias/2017/setembro/cej-divulgacao-enunciados-da-i-jornada-de-direito-processual-civil>. Acessado em 20 de ago. 2020.
- DIDIER JR, Fredie; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. **Curso de direito processual civil** - v. 2: teoria da prova, direito probatório, decisão, precedente, coisa julgada e tutela provisória. Salvador: Jus Podivm, 2016.
- DIDIER JR., Fredie. **Curso de Direito Processual Civil: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento**. 17. ed., Salvador: Jus Podivm, 2015.
- DINAMARCO, Cândido Rangel. **Capítulos de Sentença**. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

- LEMOS, Vinícius Silva. O Agravo de Instrumento contra decisão parcial de mérito. **Revista de Processo**, v. 259. São Paulo: Revista dos Tribunais, set. 2016, p. 275-303.
- LEVIN, Jack; FOX, James Alan; FORDE, David R. **Elementary Statistics in Social Research**. 12. ed. Upper Saddle River (EUA): Pearson, 2014.
- MEDINA, José Miguel Garcia. **Novo Código de Processo Civil Comentado**: com remissões e notas comparativas ao CPC/1973 [livro eletrônico]. 1. ed., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.
- NERY JR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Comentários ao Código de Processo Civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.
- NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Incongruências Sistêmicas do Código de Processo Civil de 2015 diante do Julgamento Antecipado Parcial de Mérito. **Revista de Processo**, vol. 284. São Paulo: Revista dos Tribunais, out., 2018, p. 41-76.
- NOGUEIRA, André Murilo Parente; RAGAZZI, José Luiz. Julgamento antecipado de parcela do mérito e prazo da ação rescisória: interpretação constitucional do artigo 975, do Código de Processo Civil. **Revista da Faculdade de Direito da UFMG**, Belo Horizonte, n. 76, pp. 87-106, jan./jun. 2020.
- RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. **Agravo Interno no Agravo de Instrumento nº 0015661-19.2020.8.19.0000**. Relator: Heleno Ribeiro Pereira Nunes. 24 ago. 2020. Disponível em: <https://tj-rj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/923389016/agravo-de-instrumento-ai-15661192020819000>. Acesso em 14 nov. 2020.
- THEODORO JR., Humberto. **Curso de Direito Processual Civil: Teoria Geral do Direito Processual Civil, Processo de Conhecimento e Procedimento Comum**. ed. 59, v.1 Rio de Janeiro: Forense, 2018.
- YOSHIKAWA, Eduardo Henrique de Oliveira. Sustentação oral no Processo Civil Brasileiro. **Revista de Processo**, v. 280, São Paulo: Revista dos Tribunais, jun. 2018, p. 243-274.
- WATANABE, Kazuo. **Da cognição no processo civil**. 3. ed. São Paulo: Perfil, 2005.

ANEXOS

TABELA 1 – dados acerca da previsão de Sustentação Oral em Agravo de Instrumento que ataca decisão parcial de mérito nos RIs dos TRFs e TJs.

Tribunal	Previsão	Expresso	Fundamento
TRF1	0	1	Art. 45, §1º, RI
TRF2	0	1	Art. 140, §2º, RI
TRF3	0	1	Art. 143, RI
TRF4	0	1	Art. 105
TRF5	0	1	Art. 137, RI
TJAC	0	0	-
TJAL	0	1	Art. 157, RI
TJAM	0	0	-
TJAP	0	1	Art. 159, RI
TJBA	1	1	Art. 187, I, RI
TJCE	1	1	Art. 95, IV, RI
TJDF	1	1	Art. 110, I, b), RI
TJES	1	1	Art. 134, §4º
TJGO	0	1	Art. 187, §12º, RI
TJMA	0	1	Art. 314 c/c 315-A, III, RI
TJMG	0	1	Art. 105, RI
TJMS	0	1	Art. 369, RI
TJMT	0	1	Art. 93, §13, RI
TJPA	0	1	Art. 140, § 11, II RI
TJPB	0	1	Art. 185, §5º, RI
TJPE	1	1	Art. 181, III, RI
TJPI	0	1	Art. 191, II, RI
TJPR	1	1	Art. 226, III, §1º, RI
TJRJ	0	0	-
TJRN	0	1	Art. 203, §1º, I, b), RI

TJRO	0	1	Art. 272, I, RI
TJRR	0	1	Art, 102, RI
TJRS	0	1	Art. 214, §14, RI
TJSC	1	1	Art. 175, §1º, II, e), 2, RI
TJSE	0	0	-
TJSP	0	1	Art. 146, §4º, RI
TJTO	1	1	Art. 105, §3º

Fonte: elaboração dos autores.